

3 DE OUTUBRO DE 2012

Lute pelos seus direitos



FEDERAÇÃO
SINDICAL
MUNDIAL

3 de outubro de 2012

**Alimentos, água potável, remédios, livros, moradia
para todos os povos, para todas as pessoas
Contra as transnacionais e a barbárie capitalista**

“Julgamos”

- as transnacionais**
- os cartéis e trustes**
- o espólio dos recursos naturais**

Lute pelos seus direitos

**Basta de roubo dos recursos naturais pelas transnacionais!
A riqueza pertence aos que a produzem!**



Independente das intenções e pontos de vista de capitalistas e sindicatos, os alimentos, a água, os medicamentos, os livros e a habitação no capitalismo são bens comerciais. A regra da produção capitalista consiste em assegurar uma porcentagem adequada de lucro. Este critério determina o quê, quanto, quando e onde se produz tudo.

**O dilema estratégico é:
crescimento, para quem?**

ALIMENTOS

Alimentos para todas as pessoas



É possível produzir produtos agrícolas para atender as necessidades nutricionais do dobro da população atual da Terra.

O Direito à alimentação é um direito universal.

No entanto, os preços dos alimentos em todo o mundo subiram dramaticamente em 2007 e, até agora, alcançou seu nível mais alto em 30 anos, criando uma crise mundial que demonstra que o capitalismo não pode resolver o problema da nutrição. Por isso, se executa importantes lutas, tanto nos países pobres quanto nos países desenvolvidos.

Em janeiro de 2011, o índice de preços da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), alcançou o nível mais alto desde que começou a medir os preços dos alimentos, em 1990, afetando principalmente os mais pobres.

O Banco Mundial estima que em 2008 a população mais pobre atinja a casa dos 50 milhões devido aos elevados preços dos alimentos.

De acordo com o índice do Banco Mundial, o preço mundial do açúcar alcançou seu nível mais alto dos últimos 30 anos, depois de aumentar 12% em janeiro de 2010. O preço do petróleo aumentou 73% desde junho de 2010. Os preços do trigo e do pão, que é o alimento básico do pobre, sofreram o maior acréscimo, visto que seus preços duplicaram entre junho de 2010 e janeiro de 2011. O preço do milho também aumentou graças à alta dos preços do trigo e o petróleo e também aumentou ao redor de 73% no segundo semestre de 2010. Outros alimentos que formam parte da cadeia alimentar, como as verduras e o feijão, também mostraram significativos aumentos de preços. Ao mesmo tempo com o aumento do preço dos alimentos, também aumentaram os lucros dos monopólios e das transnacionais que dominam o mercado mundial e que, também controlam a produção, distribuição e comercialização desses produtos. Abusam dos pequenos produtores pagando preços irrisórios pelos seus produtos, exploram os trabalhadores do campo, os trabalhadores da indústria de alimentação que trabalham por uma miséria, e também os consumidores da cidade que compram os alimentos com preços muito mais caros.

A hegemonia dos monopólios, nacionais e estrangeiros em cada país, leva a uma maior exploração da classe trabalhadora, à espoliação das familiares populares e da população rural pobre e à formação de cartéis. Uns poucos grupos controlam a maior parte das vendas e dos lucros do mercado capitalista internacional. Damos alguns exemplos:

- Nestlé: 70 bilhões de vendas publicadas em 2009 com 7 bilhões de lucro. Dedicar-se a alimentação (26%), pratos prontos (18%), bebidas (27%) e chocolate (11%);

- Cargill: 85 bilhões de venda em 2011. Conta com 140.000 empregados, 3,3 bilhões de lucro publicado. Dedicar ao comércio de cereais, produção e venda de animais, mas também no setor de metais e bancos (controlam 25% das exportações dos cereais e 22% do mercado de carne dos EUA). As vendas do Grupo aumentaram de 101 bilhões de dólares em 2010 para 119 bilhões em 2011, quase 18% de aumento e com um lucro de 2,5 bilhões a 4,3 bilhões de dólares. O volume de negócios e vendas do grupo superou os níveis precedentes à crise;

- Grupo Kraft: 35 bilhões de dólares em vendas; 3,5 bilhões de lucro publicado;

- Grupo General Mills: 12 bilhões de dólares em vendas em 2011; 1,4 bilhões de lucro publicado;

- Anheuser-Busch InBev: 28 bilhões de dólares em vendas em 2011; 3 bilhões de lucro publicado. Dedicar-se à produção de bebidas;

- Grupo Pepsi: 40 bilhões de dólares em vendas em 2010, com 4,5 bilhões de lucro;

- Grupo Coca-Cola: 25 bilhões de dólares em vendas em 2010; 6 bilhões de lucro;

As indústrias e as empresas transnacionais da alimentação, assim como os governos e as forças políticas, responsáveis pelo problema da alimentação e dos seguidos escândalos no setor de alimentício, tentam a nível global atribuir a responsabilidade da insuficiência de alimentos as várias circunstâncias casuais e eventos desafortunados. O objetivo evidente é o de ocultar sua responsabilidade: o de esconder que a saúde não é prioridade quando se trata de servir aos lucros das transnacionais, o de confundir as classes mais pobres e acalmar a ira dos trabalhadores e famintos, para que não reivindiquem a riqueza que produzem e que não desfrutam.

Juntos, os governos dos países capitalistas e as transnacionais argumentam que a chamada "crise do setor de alimentos" é a culpada pela diminuição da produção mundial e a existência de alimentos. Afirmam que as causas são as mudanças climáticas e o aumento do consumo de alimentos por parte da população dos países em desenvolvimento. Esta teoria é falsa e hipócrita.

A diminuição da produção mundial e da existência de produtos agrícolas, dos que se derivam todos os alimentos, se deve principalmente às políticas antipopulares planejadas e impostas pelas transnacionais e pelos governos que representam seus interesses na promoção de mais lucros.

O ponto de partida para a implementação destas políticas foi a constatação de que a produção mundial de alimentos crescia ao dobro do ritmo das necessidades do mercado mundial de alimentos, o que resultaria em uma oferta maior que a demanda, que produziria a redução dos preços e dos lucros das indústrias alimentícias, ao mesmo tempo em que o aumento nas reservas de produção armazenada produzia um maior gasto orçamentário para a manutenção ou eliminação.

O que é mais importante destacar, é que as necessidades do "mercado" de alimentos, nada têm a ver com as necessidades reais de nutrição da humanidade. Enquanto que, por um lado o "mercado" se considera congestionado e destrói grandes quantidades da produção ou se administram subvenções para reduzir-la (ou seja, para que não cultivem os agricultores), mais de 850 milhões de pessoas estão desnutridas ou morrem por fome porque suas rendas não lhes permitem o acesso aos alimentos que necessitam para viver.

Esta tendência se vê reforçada pela crise econômica, onde se reduz o consumo de alimentos. Assim, quando as transnacionais falam sobre as "necessidades do mercado", na verdade, estão falando de lucratividade.

Segundo estimativas da FAO, com a chamada agricultura convencional e o clima atual, se podem produzir produtos agrícolas para satisfazer as necessidades alimentares do dobro da população atual da Terra. Além disso, a FAO considera que a produção de alimentos deve aumentar pelo menos 70% para satisfazer a crescente demanda da

população mundial, que se espera que supera os 9 milhões em 2050.

Esta estimativa demonstra que o problema nutricional é puramente de classe e político e não tecnocrático. Por tanto, não se resolverá com os produtos geneticamente modificados, como não se resolveu com a dita revolução verde.

Esta posição se comprova pelo fato de que nos EUA, um país que usa massivamente produtos geneticamente modificados e conta com a maior produção e exportação de produtos agrícolas vive 11 milhões de pessoas com desnutrição e 22 milhões que nem sempre podem satisfazer suas necessidades alimentares, resultando em 28 milhões de pessoas que freqüentam os restaurantes sociais.

Também é uma contradição do modo capitalista de produção que por um lado há produtos apodrecendo nos campos e nos armazéns por causa da especulação dos grandes comerciantes que pretendem comprar a preços muito baixos dos camponeses, e por outro, milhares pessoas comuns que não tem condição de comprar os alimentos que necessitam.

Os riscos para a saúde dos consumidores – os perigos para o meio ambiente

Outro objetivo nesta tentativa de ocultar que o problema nutricional é um problema de classe e político, em vez de tecnocrático, é legitimar ante a opinião comum, o uso de formas baratas, porém perigosas de produzir produtos agrícolas e alimentos, colocando em perigo a saúde pública e o meio ambiente, e ao mesmo tempo aumentando a competitividade e a lucratividade dos monopólios e dos grupos empresariais.

Diante dos lucros das transnacionais, não tem nenhuma relevância a saúde do consumidor e a segurança do meio ambiente. Os monopólios aproveitam os avanços da ciência e da tecnologia como base nos seus rendimentos. O desenvolvimento da biotecnologia não é utilizado para as necessidades mais importantes dos trabalhadores e os cultivos modificados geneticamente crescem sem controle.

Com a finalidade de maximizar seus lucros a partir das sementes modificadas geneticamente pela

companhia, a transnacional Monsanto está na vanguarda de impulsionar a aprovação legal dos produtos modificados geneticamente em muitos países. Segundo números publicados recentemente pelos EUA, a Monsanto, uma das maiores empresas do setor agroalimentar e “número 1” em tecnologia de alimentos geneticamente modificados, do trimestre de dezembro de 2007 à fevereiro de 2008, aumentou seus lucros de 1,44 bilhões para 2,22 bilhões de dólares! A companhia aspira retirar agressivamente as sementes de cultivos tradicionais para substituí-las com variedades modificadas geneticamente e patenteadas, principalmente soja, milho, colza e algodão, e controlar completamente o cultivo e a produção, assegurando-se assim, lucros astronômicos.

Inclusive, promove a idéia de que os cultivos transgênicos vão acabar com a fome e a pobreza. Pura mentira! Está promovendo seus lucros mediante o controle da cadeia alimentícia. Os cultivos modificados geneticamente aumentaram nos países em desenvolvimento, especialmente nos cultivos para exportação, às vezes em detrimento da produção local de alimentos.

Apesar das teorias sobre o risco do uso direto dos produtos transgênicos, como os alimentos, seu cultivo segue crescendo. Por exemplo, 93% da soja dos Estados Unidos é modificada geneticamente, assim como 86% do milho cultivado. Além do mais, está implementando seu uso na alimentação animal, o que implica seu uso indireto na alimentação humana, com os correspondentes riscos para a saúde pelo consumo de alimentos transgênicos.

Por outro lado, o uso excessivo de antibióticos por parte de grandes empresas produtoras de carne resulta na eliminação da eficácia dos antibióticos. Nos EUA, 80% dos antibióticos são utilizados pela indústria de alimentos para acelerar o desenvolvimento do crescimento animal. Isto leva ao surgimento de microorganismos resistentes aos antibióticos e à transmissão dos antibióticos à cadeia alimentícia.

BIOCOMBUSTÍVEIS: Novo instrumento de lucratividade.

A questão dos “biocombustíveis” começou a tomar

Mais de 850 milhões de pessoas estão desnutridas ou morrem por causa da fome, porque suas rendas não lhes permitem o acesso aos alimentos que necessitam para viver.



grandes dimensões devido a dois fatores principais: um é a busca razoável da energia alternativa para substituir o petróleo e seus derivados; o segundo é o maior interesse do governo dos EUA para promover a produção de etanol, principalmente de milho e açúcar.

Contudo, a dimensão econômica e social da questão é revelada de um modo particularmente claro nos artigos do Comandante Fidel Castro publicados no jornal "Granma" em 2007. "A tragédia não consiste em reduzir esses gastos de energia, escreveu Fidel, senão na idéia de converter os alimentos em combustível... Se esta fórmula se aplica a nível mundial, equivale a internacionalização do genocídio".

A proposta de produzir "biocombustíveis", incluído o etanol, foi formulada pela primeira vez há 20 anos. Os defensores destacaram que os "biocombustíveis" reduziram a dependência do petróleo, se daria resposta ao problema da contaminação ambiental e beneficiaria economicamente o consumidor, uma vez que o custo da produção dos biocombustíveis poderia ser reduzido se fosse produzido em escala massiva.

As companhias petrolíferas, os fabricantes de automóveis e as transnacionais da indústria agrícola e sementes transgênicas já realizaram grandes investimentos na produção do etanol para poder controlar também a produção dos "biocombustíveis".

Segundo Eric Holt Jiménez, coordenador da organização Food First, "todas as empresas de transgênicos – Monsanto, Syngenta, Dupon, Dow, Bayer, BASF – investiram nos cultivos de produção de biocombustíveis. E já fecharam acordos com Cargil, Archer, Daniel Midland, Bunge, que controlam o comércio mundial de cereais".

O uso do milho nos EUA para produzir etanol como biocombustível, que pode ser mesclado com gasolina para reduzir a dependência do país do petróleo importado, já impulsionou a alta do preço do milho e do açúcar. À medida que aumenta a quantidade da terra utilizada para cultivar milho no lugar de outros produtos agrícolas, maior será o preço destes últimos. E como o milho é utilizado para alimentar os animais, também subirá o preço da carne. O fornecimento de alimentos, em outras palavras, em lugar de ser dirigido a satisfazer as necessidades nutricionais da população será destinado a saciar a "fome" dos automóveis estadunidenses.

Os biocombustíveis produzem três impactos importantes:

O primeiro e o mais grave é a intensidade da exploração dos países do terceiro mundo. O aumento do preço do milho, trigo, cana-de-açúcar e outros cultivos de alimentos com os que as transnacionais querem produzir "biocombustíveis".

O segundo e não menos grave impacto, estabelece o conflito entre destinar grandes extensões de terras para produzir biocombustíveis – convertido em um grande negócio transnacional – e o obstáculo que para isso representa a resistência à mudança de modo de cultivos (as florestas, selvas e assentamentos e comunidades locais, etc...) assim como os camponeses com cultivos de subsistência (com sua produção e conservação de sementes). Colocados os biocombustíveis dentro da estrutura de consumo

de desperdício e o agronegócio transnacional dominante, que destino teria os camponeses, as florestas, as selvas, as comunidades locais?

Existe um terceiro impacto que são os efeitos da produção dos biocombustíveis sobre o meio ambiente.

Os defensores da produção de biocombustíveis argumentam a seu favor e sustentam que os mesmos têm um balanço energético positivo e um efeito neutro enquanto as emissões do dióxido de carbono.

Mas isso não é certo, segundo os estudos científicos. Para desenvolver os cultivos empregados para produzir combustíveis, requer grandes quantidades de agroquímicos contaminantes. O etanol de milho, do tipo que produz nos EUA, não é nem barato, nem "verde". Requer quase a mesma quantidade de energia (talvez ainda mais) para produzi-lo do que a que se libera com sua combustão. E os subsídios, segundo o Instituto Internacional para o Desenvolvimento sustentável, estão custando aos contribuintes cerca de 5,5 a 7,3 bilhões de dólares anuais.

Por isso essa é a batalha que devemos levar adiante para não permitir que o destino de nossos povos seja produzir alimentos para que estes se façam cada vez mais caros e distantes para os que hoje carecem deles (ou seja, os famintos) e para deter um padrão insustentável de consumo que a própria vida demonstrou que é desperdiçador e suicida.

Sob o nome aparentemente ecologista de desenvolvimento dos biocombustíveis, está em andamento um plano para converter milhares de toneladas de grãos em combustível para os automóveis, enquanto milhares de pessoas sofrem com a fome e com a falta de acesso aos níveis básicos de alimentação.

É uma verdadeira loucura produzir alimentos para alimentar os tanques dos veículos enquanto milhares de pessoas padecem de fome, inclusive crianças.

É um desastre para o meio ambiente, para os agricultores e para os povos indígenas, a compra de milhões de hectares de terras, ilhas, regiões, etc... pelas grandes transnacionais para sua exploração com fins de obter lucros na produção de biocombustíveis.

A crise do modelo de produção capitalista não será irreversível, por mais injustiça que provoque se não nos propormos como objetivo derrubá-lo para apoiar uma nova prática econômica e política baseada no desenvolvimento e na produção que interessa aos povos e não aos lucros das transnacionais.



Nossa posição:

A FSM acredita que a produção de alimentos deve ser formulada com base a satisfazer as necessidades nutricionais das pessoas e não nos lucros dos monopólios. Ao aproveitar o potencial produtivo de cada país, com respeito à saúde pública e o meio ambiente, é possível produzir alimentos de alta qualidade, seguros e baratos para todas as pessoas, sem ser tratados como mercadorias e objetos de especulação.

Todos os aspectos do problema alimentar indicam que se trata de um problema de classe e político, que afeta em primeiro lugar a classe trabalhadora, os camponeses e todas as classes populares.

Por isso, a luta para fazer frente a este problema deve ser coordenada a chegar a sua causa. Ou seja, relacionando-o com a questão do poder político.

ÁGUA

Água potável para todos



884 milhões de pessoas vivem sem acesso à água potável e quase três vezes mais, ou seja, 39% da população mundial – sobretudo na África e Ásia - vivem sem saneamento básico.

O direito à água potável é um direito fundamental de toda a humanidade.

Contudo, aproximadamente 884 milhões de pessoas vivem sem acesso à água potável e quase três vezes mais, ou seja, 39% da população mundial – sobretudo na África e Ásia – vivem sem acesso à saneamento básico, segundo um novo informe da Organização Mundial de Saúde e a UNICEF, titulado: “Informe sobre progressos em matéria de saneamento e água” de 2010.

Segundo esses mesmos dados, aproximadamente 1,5 milhões de crianças menores de 5 anos morrem cada ano devido à falta de acesso à água potável e saneamento básico.

Enquanto isso, um punhado de capitalistas acumulam enormes fortunas com lucros que obtêm da gestão dos recursos hídricos. Trata-se do recurso natural mais importante do planeta, que, apesar de insuficiente, é tratado pelos governos capitalistas como uma mercadoria para o benefício de umas poucas transnacionais que se fazem mais ricas.

Seu objetivo permanente é a privatização da gestão da água em todo o mundo. Esta privatização dos serviços é só o primeiro passo até a privatização de todos os recursos hídricos. Através desta nova globalização e privatização dos recursos hídricos, há uma intenção de substituir a propriedade social das fontes de água pelo controle privado, para especular também o controle da água.

Hoje em dia, mais de 460 milhões de pessoas em todo o mundo dependem de serviços privados de acesso à água, enquanto que, em 1990 eram apenas 51 milhões. A maior parte do aumento da privatização está repartida entre cerca de 10 transnacionais que dominam atualmente.

Uma dessas grandes corporações é Bechtel, com sede em San Francisco. Hoje, Bechtel está crescendo com a privatização da água em todas as partes, com a ajuda da guerra. Somente um mês depois da invasão do Iraque em 2003, Bechtel firmou um contrato de 680 milhões de dólares para a “reconstrução” do Iraque.

Outras grandes transnacionais da água são:

Veolia, com um volume de negócio de 29 bilhões de euros em 2011 e um bilhão de lucro bruto, dos quais 75% provem do faturamento da água e da gestão de resíduos. Em 2010 teve um volume de negócios de 35 bilhões de euros com 2 bilhões de lucro bruto e em 2009 o volume de negócios foi de 34 bilhões e 1 bilhão e 900 milhões de lucro bruto.

Suez: fornece água para 91 milhões de pessoas e conta com 10.000 refinarias em todo o mundo. O volume de negócios alcançou 14,8 bilhões de euro em 2011, frente 13,8 bilhões em 2010. 28% do faturamento estão associados com a água na Europa. Teve um lucro bruto em 2011 de 2,5 bilhões, aumentando 7,6% em relação a 2010.

Como é evidente, quando estes gigantes privados da água adquirem o controle do fornecimento da

água, os preços disparam. Depois da privatização, as contas dos consumidores na França subiram 150%, enquanto que a qualidade da água piorou.

Contudo as conseqüências mais graves acontecem no terceiro mundo. O grande aumento dos preços, combinado com a deterioração da qualidade da água, devido à privatização, fez surgir descontentamentos e revoltas nas comunidades afetadas em todo o mundo.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionam para a privatização da gestão da água por empresas européias e norte-americanas.

Estão pressionando os países em desenvolvimento através das disposições de privatização nos acordos comerciais e nas condições dos empréstimos. Estes programas de privatização iniciaram-se no começo de 1990 e desde então, estão sendo levado adiante na Índia, Bolívia, Chile, Argentina, Nigéria, México, Malásia, Austrália e Filipinas, isso citando apenas alguns. No Chile, o Banco Mundial impôs uma condição para garantir um empréstimo, de que a companhia francesa Suez Lyonnaise dês Eaux recebesse 33% da margem do lucro, no entanto, a empresa insistia na margem de 35%. O mesmo ocorre com o Memorandum da troika-FMI com a Grécia, em que se considera requisito imprescindível à privatização da água.

Os governos africanos, como o de Gana, estão cedendo cada vez mais às pressões da privatização da água. Em Gana, as políticas do Banco Mundial e do FMI obrigaram a venda da água a preço de mercado, o que levou os pobres a gastar até 50% de suas rendas para pagar a água.

Talvez, o exemplo mais conhecido do conflito pela privatização global da água seja o caso de Cochabamba, na Bolívia. É um bom exemplo do conflito sobre a privatização do fornecimento da água, uma vitória do povo contra a privatização e a persistência dos gigantes da água de tirar lucro de tudo que podem.

A posição da FSM sobre a água é completamente oposta à sua comercialização. **Para nós, a água é um bem público, um recurso natural valioso sujeito à absoluta proteção do volume e qualidade, que deve ser sempre fornecido com especial cuidado para satisfazer de maneira equilibrada as necessidades das populações modernas e conservação da natureza.**

De fato, declaramos e lutamos para que “a água para consumo humano” não seja um produto comercial, não se deve rotular como alimento e deve ser fornecido sob a responsabilidade direta de cada governo de maneira adequada e equitativa a todos os cidadãos, em caráter de bem público, sem estar sujeito às “leis do mercado” e regido pelos regulamentos da engenharia sanitária.

Nossa posição:

Sobre estas bases, a água para consumo humano:

- Será captada, tratada e levada a baixo custo ou, sem custo algum, até as torneiras do consumidor sob a responsabilidade direta de um sistema de fornecimento público unificado, sem a intervenção de empresas privadas e que cumpra todos os regulamentos da engenharia sanitária, a qual estabelece a construção e fornecimento de modernas unidades de tratamento da água, o monitoramento regular do fluxo da água, com um processo confiável para a destruição de microrganismos e parasitas, com uma rede de distribuição completa e segura até os usuários e suas residências.
- As disposições legais sobre segurança, cuja existência é um requisito básico para a conquista dos padrões de qualidade da água, se manterão em permanente vigilância.
- O monitoramento da qualidade da água e o cumprimento de todas as condições relativas à sua qualidade devem ser realizados por parte das autoridades públicas.
- As autoridades públicas deverão adotar direta e eficazmente todas as medidas corretivas necessárias em casos de divergência do limites de segurança estabelecidos para a água pela legislação pertinente de cada Estado.



LIVROS

Educação pública, gratuita e de qualidade para todos



O número de analfabetos nos países em desenvolvimento é superior a 75 milhões. Um a cada oito crianças não frequenta sequer o ensino básico. Desse total, 55% são meninas.

Nossa posição sobre a educação resulta do fato de que o conhecimento tem um caráter social e se acumula durante a evolução da sociedade. Os graduados das escolas, as instituições técnicas e universidades – desde trabalhadores qualificados até cientistas e inventores – foram educados pela sociedade para obter parte do conhecimento social acumulado e devem utilizar ou ampliar seus conhecimentos em benefício da sociedade e não para servir aos interesses de uns poucos indivíduos que são donos dos meios de produção.

Os problemas que se resultam das relações de produção capitalista estão relacionados com:

- O acesso à educação e as barreiras de classe através dos diferentes níveis dos sistemas educativos que causam altas taxas de analfabetismo em muitas ocasiões ou a formação de trabalhadores qualificados de acordo com as necessidades do lucro capitalista.
- O contexto e o custo da educação.
- A infra-estrutura deficiente ou perigosa.
- As condições de trabalho dos docentes.

Os problemas na educação, especialmente no continente africano são muito intensos. O número de analfabetos nos países em desenvolvimento é superior a 75 milhões. Um a cada oito crianças não frequentam sequer a escola primária. 55% dos 75 milhões são meninas. Na Ásia, África, nos países pobres da América Latina, as porcentagens são assustadoras. Na África subsaariana (Tanzânia, Etiópia), um terço das crianças não frequenta a escola. Milhões de crianças não aprendem o alfabeto de seus países. Milhões de crianças estão desnutridos e sofrem enfermidades que podem ser prevenidas, mas, mesmo assim, caminham quilômetros para chegar ao lugar onde recebem aulas do ensino básico debaixo de uma árvore ou em barracos em ruínas.

O índice de analfabetismo nas idades de 15 a 24 anos na África alcança 23% para homens e 32% para mulheres, à exceção dos países do norte da África. Em Serra Leoa, este índice chega a 36% para homens e 56% para mulheres. Em Burkina Faso, 53% de homens e 67% das mulheres continuam analfabetos. Em Mali, 64% dos homens e 26% das mulheres. Também existe uma alta porcentagem de crianças de todo o mundo que se matriculam nas escolas, mas que abandona as aulas em seguida. Cerca de 25% das crianças não terminam o ensino fundamental, enquanto 45% não completam o ensino médio.

No entanto, incluindo nos países desenvolvidos, o processo de educação tem um critério de classe. Isso afeta todo o contexto da educação, mas também as barreiras de classe em todo o sistema de ensino para os filhos das famílias pobres e populares. No processo educacional, seja no sistema de educação pública que funciona com critérios econômicos privados, ou nas escolas privadas, o conhecimento sempre é algo em que pode ser utilizado a favor e não contra a classe dominante.

Cada vez mais jovens vão para a educação técnica, com a finalidade de se converterem em trabalhadores qualificados apenas com os conhecimentos técnicos necessários para levar a cabo a tarefa que devem cumprir e não entender todo o processo de produção e as relações de produção detrás deste sistema econômico. Não lhes ensina as leis da natureza e a evolução da sociedade; como formar sua personalidade com todas as capacidades e talentos para definir seu futuro e melhorá-lo em benefício de toda a sociedade?

O processo educativo produz pessoas fáceis de confundir, que ignoram sua história e a história dos movimentos populares de todo o mundo, sendo fáceis de serem manipulados pelos monopólios no campo da economia.

Só uma pequena elite está sendo educada nas melhores condições para serem utilizados no desenvolvimento da tecnologia a favor do capital.

Nossa posição:

Tem acontecido uma série de importantes lutas dos movimentos estudantis de todo o mundo contra o aumento das taxas de matrícula e contra a privatização da educação. O movimento sindical deve estar na vanguarda dessa luta não só em solidariedade com as lutas dos estudantes. O tema da educação é antes de tudo um problema social.

Façamos um chamado aos professores e aos sindicatos de todos os setores para lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, desde a pré-escola até o doutorado. Necessitamos de docentes que busquem construir militantes jovens que lutam por seus direitos e pelos interesses da classe trabalhadora e da sociedade.

Lutemos por livros gratuitos de qualidade para todos os estudantes e que sejam entregues no prazo sob a responsabilidade do Estado.

Lutemos por uma infra-estrutura escolar que satisfaça as necessidades do processo educativo e que conte com todas as condições de segurança.

Lutemos por professores que estejam respaldados por seus estudos e por um Estado capaz de oferecer uma educação de qualidade, criativa e livre.



MEDICAMENTOS

Medicamentos gratuitos para todos



As transnacionais evitam (na realidade é como se proibissem) produzir as quantidades de medicamentos necessárias para, dessa forma, manter o preço mais alto e especular com o pânico, como fizeram com a gripe. É a prática comum das transnacionais.

Pelo menos um terço da população mundial carece de acesso regular aos medicamentos. A desigualdade no acesso aos medicamentos essenciais é parte da desigualdade de classe no acesso ao atendimento médico.

Os medicamentos no capitalismo não são público, senão “produtos” e “mercadoria” para a especulação capitalista.

Um exemplo são as duas empresas – “Glaxo” e “Roche” – da produção de medicamentos usados contra a H5N1 (gripe aviária) e a H1N1 (gripe suína), que exercem seus “direitos” outorgados pelo sistema político e econômico que segue o princípio medieval “sua morte, minha vida”, evitam (na realidade é como se a proibissem) produzir as quantidades de medicamentos necessárias para, dessa maneira, manter seu preço alto e explorar com o pânico, assim como a gripe produziu.

Os governos capitalistas usam os laboratórios e as universidades financiadas pelos governos e pagos com nossos impostos, separando parte do trabalho realizado pelos cientistas para obter um medicamento que logo chegará às farmácias,

As companhias farmacêuticas costumam intervir no final do processo de desenvolvimento e custeiam parte das despesas, ou seja, participam muito pouco da fase criativa, apenas para comprar alguns dos produtos químicos e realizar as provas necessárias. Mas em troca, recebem os direitos exclusivos para produzir e beneficiar-se do medicamento durante anos. Ninguém mais pode produzi-lo.

As empresas farmacêuticas que possuem os direitos exclusivos sobre os medicamentos contra a AIDS chegaram até os tribunais para evitar que o governo pós-apartheid da África do Sul produzisse medicamentos genéricos (que são idênticos) por 100 dólares ao ano para salvar seus cidadãos da morte. Pretendiam que fizessem o pagamento do preço total de 10 mil dólares ao ano para comprar o produto genuíno, ou nada. No mundo pobre, o sistema de direitos exclusivos coloca cada dia os medicamentos fora do alcance dos doentes.

Nos anos 90, Índia e Brasil, decidiram quebrar as patentes dos medicamentos em poder das companhias farmacêuticas e resolveram fabricar os genéricos – com o mesmo efeito dos medicamentos para tratar a AIDS. A única diferença com os originais é que os genéricos são bem mais baratos. O resultado foi impressionante: a quantidade de 10.000 a 15.000 dólares necessários para o tratamento de um ano para um paciente com AIDS, baixou para 95% do valor total.

A indústria farmacêutica “estremeceu”. Foi então que começou a funcionar o sistema: Em 1994, as companhias farmacêuticas pressionaram na Organização Mundial do Comércio, um acordo sobre os ADPIC. Esse acordo contempla que, pelo menos por 20 anos e em todo caso até o ano de 2005, a companhia que descobrisse algum medicamento, teria a “propriedade intelectual” exclusiva. Contudo, por “caridade”, as companhias farmacêuticas assegurariam que aceitariam a quebra de patente,

se surgisse um problema de saúde pública sob uma condição: seriam responsáveis pela produção de medicamentos genéricos da indústria farmacêutica nacional em cada país. Um “detalhe” importante é que a maioria dos países pobres não tem indústria farmacêutica nacional...

O resultado: a AIDS na África aumentou, a esperança média de vida baixou de 62 para 47 anos, índice que estava há duas décadas. As farmacêuticas “caridosas” chegaram ao ponto de processar o governo da África do Sul, quando esse produziu, em 1997, os medicamentos genéricos para salvar a população com AIDS.

Hoje em dia, a Índia é reconhecida como a farmácia do mundo em vias de desenvolvimento e é uma espécie de “herói” na luta por medicamentos a preços acessíveis aos pobres. A razão disso é que, é capaz de produzir medicamentos genéricos baratos porque não havia concedido direitos exclusivos na produção de medicamentos até o ano de 2005. Isso significa que as empresas de genéricos podem produzir e vender medicamentos de forma massiva não patenteados a uma fração de preço de seus homólogos das empresas multinacionais.

A Índia foi obrigada por lei, sob ameaça de perseguição, a ratificar em 2005 os regulamentos da propriedade intelectual da organização Mundial do Comércio (OMC). Contudo, ainda mantém uma parte de sua Lei de Patentes, a seção 3 (d), projetada para evitar a patente de novos usos e formas dos antigos medicamentos.

É um erro pensar que as companhias indianas oferecer um serviço humanitário. Dos 50 multimilionários na Índia, segundo a lista Forbes, sete são da indústria farmacêutica. Mas é óbvio que as empresas multinacionais querem mais. Assim, enquanto as companhias indianas tendem a vender com uma margem de lucro suficientemente alto como para satisfazer aos milionários, para as multinacionais não é suficiente.

Os 12 maiores grupos farmacêuticos obtiveram um faturamento de 430 bilhões de dólares e 78 bilhões em lucro bruto, com 890.00 trabalhadores. Entre eles, Johnson & Johnson faturou 63 bilhões e obteve oito bilhões de lucratividade; GlaxoSmithKline faturou 44,7 bilhões e 8,4 bilhões de lucratividade.

A companhia suíça Novartis está hoje em dia na Corte Suprema da Índia e trata de anular o artigo 3 (d) da Lei de Patentes e manter uma patente de um medicamento contra o câncer com uma nova forma cristalina de sal, o mesilato de imatinib, que é vendido no mercado, com o nome de Gleevec a um preço de 120.000 rupias (2.600 dólares ao mês).

Dado que o medicamento original foi patentado na Índia, as empresas de genéricos produzem e vendem o medicamento Gleevec a paciente com leucemia mieloide crônica a menos de uma décima parte do preço da Novartis, ou seja, 8.000 rúpias (175 dólares) ao mês. Uma nova patente poderia dar 20 anos de monopólio para a Novartis, uma perspectiva assustadora para os pobres do mundo: sobretudo porque poderia ter conseqüências para

outros muitos medicamentos também.

Cerca de 80% dos medicamentos contra a AIDS e 92% dos medicamentos para crianças com AIDS em todo o mundo em desenvolvimento, são fabricados por indústrias indianas de medicamentos genéricos. A Índia aparece como a chamada “linha de vida” dos pacientes pobres, em particular nas zonas mais pobre da África. Se inverter a seção 3 (d), colocaria em xeque qualquer esforço substancial para que esses medicamentos vitais continuem ao alcance dos pacientes mais pobres do mundo.

O argumento para a defesa desse sistema oferecido pela grande indústria farmacêutica é simples e, a primeira vista, até parece razoável: temos que cobrar grandes somas de dinheiro por “nossos” medicamentos para poder desenvolver novos medicamentos que salvam vidas. No entanto, um estudo detalhado da Dra. Márcia Angell, ex-editora da prestigiada revista *New England Journal of Medicine*, disse que só 14% de seus orçamentos são destinados ao desenvolvimento de medicamentos. O resto é lucro puro.

O Gasto é mínimo para as enfermidades que matam um maior número de pessoas, como o caso da malária, porque as vítimas são pobres e não há margem para obter grandes lucros.

Além do mais, as companhias farmacêuticas transnacionais vão aos países pobres do terceiro mundo para realizar seus experimentos, onde encontram pacientes “miseráveis” e os utilizam como “ratos de laboratório”. Esses fatos foram detectados em muitas cidades da Índia (por exemplo, Sevagkram).

Na última década, as companhias farmacêuticas gastaram mais de três bilhões de dólares com lobistas e “contribuições” políticas só nos EUA. Compram políticos para que o sistema funcione em seu benefício.



Nossa posição:

A FSM acredita que a saúde não está à venda. As vidas dos trabalhadores não podem ser utilizadas para obter lucros para a especulação.

O seguro social talvez foi a conquista mais importante da classe trabalhadora em muitos países no século XX. Hoje, o capital organiza seu grande contra-ataque para se vingar. Assim, quase todos os países do mundo, a idade para aposentadoria aumenta, as pensões estão se reduzindo, a saúde está se transformando em mercadoria, os remédios cada vez mais caros e os sistemas públicos de saúde estão sendo privatizados. Os planos de previdência privadas e a especulação se expandem continuamente.

A FSM e o movimento sindical classista apoiou as lutas dos trabalhadores em todos os países que estavam exigindo seus direitos à previdência social. Sob as circunstâncias atuais, com o rápido progresso da tecnologia e ciência, com o rápido aumento da produtividade do trabalho, estamos exigindo a existência em cada país de um sistema público, universal e obrigatório de Seguro Social com total cobertura, medicamentos gratuitos, redução da idade para aposentaria e aumento das pensões. Só dessa maneira os trabalhadores poderão viver com dignidade.

Lutaremos para que em cada país por um organismo público de medicamentos que se encarregará da pesquisa médica, do controle dos medicamentos, dos estudos e que abrirá novos caminhos para a produção de medicamentos por parte dos Estados em vez das transnacionais. Os avanços na tecnologia e na biotecnologia serão aproveitados garantir as necessidades das pessoas comuns.

MORADIA

Moradia digna para todos



Cerca de 1,6 bilhões de pessoas vivem em moradias precárias e 100 milhões não tem um lar.

O mundo está experimentando uma crise mundial de moradia. Aproximadamente, 1,6 bilhões de pessoas vivem em habitações precárias e 100 milhões não tem um lar. Só no Brasil, 19 milhões de pessoas vivem em casas sem segurança, sem água corrente, sem esgotos ou qualquer outro tipo de serviços públicos básicos, segundo informe de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

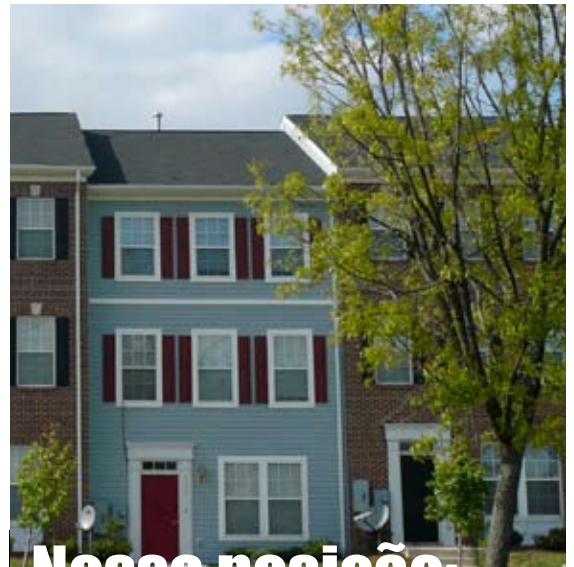
Sob as condições atuais da crise capitalista, os despejos dos edifícios são cada vez mais frequentes. Quem mais sofre são as famílias trabalhadoras que pagaram aluguel honestamente durante anos, mas como não podem mais pagar devido às reduções dos seus salários ou por ter perdido seu emprego.

A moradia não poder ser um bem comercial, senão um direito para todos os trabalhadores.

A falta de moradia digna e acessível é uma crise profunda dos direitos humanos. Cidades e povoados de todo o mundo estão crescendo rapidamente e se desenvolvendo sem garantia no processo de proteção dos direitos humanos fundamentais. O sistema habitacional público se desfez e as casas acessíveis alcançaram preços restritivos. Nesse contexto, comunidades inteiras, na maioria pobres e da classe trabalhadora, estão sendo continuamente deslocados dos bairros, onde famílias viveram durante gerações na maioria dos casos. O aumento da falta de moradia, a superlotação e a deterioração da qualidade de vida das famílias e das pessoas refletem dolorosamente os custos humanos desse sistema capitalista selvagem.

Os terremotos e os fenômenos naturais que causam inundações não podem ser prevenidos ou controlados. Entretanto, as conquistas científicas e tecnológicas oferecem à humanidade todos os meios necessários a fim de minimizar suas consequências para as vidas e lares da humanidade

O modo capitalista anárquico de construção e a falta de planificação central dos governos deixam as pessoas à margem desses fenômenos. Nas cidades e áreas densamente povoadas há falta de espaços abertos acessíveis às pessoas em situação de emergência; surgem diariamente caminhos inadequados que bloqueiam o acesso de ambulâncias e bombeiros; as edificações perigosas (produtos inflamáveis) convivem com áreas densamente povoadas; muitos lugares de trabalhos são inseguros ou estão em péssimas condições; os gasodutos se propagam através de áreas residenciais sem um controle adequado e constante de acordo às normas de segurança; as casas danificadas por terremotos anteriores não estão sendo reparadas; há cidades inteiras que são construídas nos leitos dos rios.



Nossa posição:

Toda pessoa tem o direito humano à moradia, o que significa que todas as pessoas, independentemente de sua renda, têm o direito a ocupar um lar seguro, habitável e acessível em paz e com dignidade sem ser forçado ao despejo.

É a obrigação de todos os governos de respeitar, proteger e garantir esse direito. O direito humano à moradia fazer parte do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos humanos:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive a alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis; e direito a segurança em casos de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.

Façamos um chamado a todos os afiliados e amigos da FSM a promover, a mostrar e a incluir em seus programas, a necessidade de moradia para os trabalhadores e todos os povos.

CONCLUSÕES:

As principais conclusões que temos que observar são:

1. Os alimentos, a água, os remédios, etc. para os capitalistas são bens comerciais que se beneficiam deles, enquanto ao contrário, para a FSM e para os sindicatos militantes são um “bem social” e todos os povos deveriam ter direito a eles de forma gratuita, pública e suficiente, com um sistema de saúde público, seguro e de qualidade.

2. A estratégia das multinacionais e dos monopólios eleva os preços dos “bens sociais”, destruindo o nível de vida dos trabalhadores, golpeando os agricultores pobres e prejudicando o meio ambiente.

3. Os capitalistas, os cartéis de capital espoliam os ricos recursos naturais dos países e dos povos do terceiro mundo, e também no resto do planeta. Estão expulsando os camponeses de suas terras.

4. Controlam, em vários aspectos, a qualidade e a quantidade dos alimentos, da água e dos medicamentos. Também podem influenciar nos hábitos, no estado de ânimo e nos limites das pessoas comuns através da biotecnologia

5. Os organismos internacionais como a FAO, a Organização Mundial da Saúde, etc. estão controlados pelas transnacionais e suas decisões, abertamente ou em sigilo, seguem em detrimento dos trabalhadores, dos agricultores pobres, dos povos. Em geral, se limitam a uma descrição das situações e de publicações de estatísticas.

A AÇÃO DA FSM

O Conselho Presidencial da FSM decidiu organizar o Dia Internacional de Ação, 3 de outubro de 2012, com base nestes temas. Todos os afiliados e todos os amigos da FSM deverão organizar ação concreta, iniciativas concretas. Deverão trabalhar para construir seu programa com valor, com criatividade, com conteúdo y formatos que sigam na mesma linha de nossas posições.

- Para unir os trabalhadores, os camponeses pobres, os sem terras e os indígenas em nossa plataforma militante.
- Para publicar comunicados, cartazes, informes declarações, protestos que objetiva informar os trabalhadores.
- Organizar iniciativas nos lugares de trabalho, nas fábricas.
- Enfatizar que a solução eficaz de todos os problemas pode vir através do fim da exploração capitalista.
- Fazer chegar as reivindicações aos governos e organismos internacionais e exigir soluções imediatas.



“TRIBUNAIS” simbólicos em todas as partes contra as TRANSNACIONAIS

**Todos los afiliados y amigos de la FSM deberán
organizar desde ahora hasta el 3 de octubre “tribunales”
que condenen las transnacionales y la barbarie capitalista.**

**Darán información y documentos sobre el saqueo
de los recursos naturales
que llevan a cabo en sus países y sectores
las transnacionales y los monopolios.**

**Mostrarán que si no existiera la explotación
y la especulación del capital, los trabajadores
podrían cubrir todas las necesidades actuales
de nutrición, agua, medicamentos, vivienda y vestido.**

**Sobre todo, el 3 de octubre todos tenemos
que tener una acción específica e informar sin demora
a las oficinas centrales al respecto.**



Federação Sindical Mundial

Atenas, Grécia. Junho de 2012

40, Zan Moreas, 117 45 Atenas, GREGIA

Tel: +30210 9214417, +30210 9236700, Fax: +30210 9214517

E-mails: international@wftucentral.org, press@wftucentral.org

Web: www.wftucentral.org